

Orçamentos podem ficar sem correção

BRASÍLIA - Os orçamentos deste ano poderão ficar sem correção monetária, o que obrigará o próximo presidente a enviar sucessivos pedidos de suplementação de gastos, diante da corrosão inflacionária que reduzirá os valores aprovados pelo Congresso. Apesar de ser um dos maiores defensores da indexação orçamentária, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, informou ontem que proporá ao presidente José Sarney o veto ao artigo em que ela está incluída, para evitar que seja aprovado o anexo com a programação especial embutida pelo Congresso, cujas despesas atingem NCz\$ 9,6 bilhões, em valores atuais.

Segundo Abreu, é melhor o governo enfrentar dificuldades neste ano, sem a indexação, a aceitar o anexo, que é inconstitucional, já que acrescenta novos gastos à proposta do executivo, sem indicar as fontes de receita para cobri-los. "Isto cristalizaria um vício inconstitucional que poderia se refletir pelos próximos governos, sendo muito mais danoso", avaliou Abreu.

O anexo agregado aos orçamentos foi um artifício criado pelo seu relator na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), e pelo presidente da comis-

são, deputado Cid Carvalho (PMDB-PA). Como não conseguiram atender todas as emendas apresentadas pelos parlamentares, reuniram as sobras em um anexo, como sugestão para quando o próximo presidente realizar sua revisão orçamentária, em junho próximo. Os recursos utilizados seriam a sobra proporcionada pela correção parcial dos orçamentos, que deveria ser feita em 90% da variação do IPC ou da arrecadação federal — o que fosse menor. Estima-se que essa correção parcial permitirá uma economia de despesas da ordem de NCz\$ 10,8 bilhões.